

ENTREVISTA

ANTÓNIO DOMINGUES DE AZEVEDO
BASTONÁRIO DA ORDEM DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS

Associação pública profissional

■ A Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) é uma associação pública profissional, tendo sido criada pelo Decreto-Lei n.º 452/99 de 5 de

Novembro, alterado pelo DL 310/2009, de 26 de Outubro. Nos termos daquele normativo legal, a OTOC tem como primordial missão regular e disciplinar o exercício da profissão de Técnico Oficial de Contas, para além de desenvolver todas as acções conducentes a uma maior credibilização e dignificação da profissão.

OTOC tem mais de 75 mil membros

■ A Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas é, hoje, a maior organização profissional portuguesa de inscrição obrigatória, congregando mais

de 75 mil membros. A exemplo das Ordens e Câmaras existentes, colhe a figura de pessoa colectiva pública. O Estado considera que a profissão representada por esta Câmara tem "natureza pública" e que os técnicos oficiais de contas têm uma "função social" (Decreto-Lei n.º 265/95, de 17 de Outubro).

Desafios para actual mandato

■ Presidente da OTOC, António Domingos de Azevedo, em entrevista ao DA Economia, destaca, entre os muitos desafios para o

actual mandato, o objectivo de "reforçar o papel do Técnico Oficial de Contas nas empresas, que tem de ser visto, pelo empresário, como uma mais-valia, com um criador de valor do seu negócio".

"O PEC que nos é apresentado

Domingues de Azevedo, presidente da recém-criada Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, diz que "a passagem a Ordem foi o reconhecimento que o poder político fez a esta profissão". Questionado sobre o PEC defende que "é um documento equilibrado"

A passagem da CTOC a Ordem é reveladora da importância que esta entidade tem em Portugal?

Foi um momento muito importante para a afirmação social da profissão e uma oportunidade de a colocar no patamar organizacional a que tem direito. A passagem da Câmara a Ordem veio, também, criar uma nova realidade para os Técnicos Oficiais de Contas, exigindo deles comportamentos à altura da dimensão que lhes foi reconhecida. Somos a maior Ordem de regulação profissional existente em Portugal e estou plenamente convencido de que vamos ser capazes de dignificar esta grande oportunidade que nos é concedida.

Era uma necessidade? Que implicações tem esta mudança?

A passagem a Ordem foi o reconhecimento que o poder político fez a esta profissão. Os deputados eleitos à Assembleia da República, através do voto de todos nós, entenderam que se tratava de uma questão de justiça reconhecer aos TOC o direito de se organizarem numa ordem. Se outras profissões estão, porque não está? As implicações desta mudança, para além da mudança da orgânica interna, prendem-se com o posicionamento da profissão da sociedade. Ninguém nos deu nada. Chegamos a este patamar por mérito próprio, pelo reconhecimento do nosso papel na sociedade.

O acto eleitoral de 26 de Fevereiro

foi um processo pacífico e interessante, do ponto de vista do combate eleitoral?

A troca de ideias que os combates eleitorais propiciam é sempre enriquecedora. Este acto eleitoral decorreu com urbanidade. Os candidatos deram a conhecer os respectivos programas aos membros e estes fizeram a sua escolha, de forma totalmente clara e livre.

O facto de ter havido três listas concorrentes é sintomático da vivacidade da, agora, ordem?

Foi muito positivo ter surgido três listas a disputarem as primeiras eleições para a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas. Mostra que a profissão está viva e activa. Foi um momento em que se deram a conhecer diversos projectos. Os membros, que têm uma grande maturidade, disseram, de forma clara, o que pretendiam. Foi escolhida a equipa e o líder que ao longo dos treze anos de existência da instituição, a catapultou ao ponto em que ela hoje se encontra. O longo caminho, embora gratificante, não foi fácil e foi preciso muita vontade e determinação para chegar ao ponto em que nos encontramos.

Que objectivos tem definidos para o primeiro mandato como Bastonário dos Técnicos Oficiais de Contas?

São muitos os desafios. Destaco apenas alguns: reforçar o papel do Técnico Oficial de Contas nas empresas, que tem de ser visto,

pelo empresário, como uma mais-valia, com um criador de valor do seu negócio. OTOC está habilitado a aconselhar na tomada de decisão, conhece bem a tesouraria das empresas e, consequentemente, o potencial para investir. Tenho a certeza de que muitas empresas fecham, em Portugal, por falta de cuidado, por falta de uma visão profissional na área da contabilidade. O TOC sabe o que deve ser feito, qual o melhor momento para investir, quais os riscos financeiros que se devem assumir. Noutro patamar, vamos continuar a reforçar o plano formativo aos membros e continuar a desenvolver o apoio social. A "Casa TOC" será uma realidade neste mandato. Vai situar-se em Lisboa, e para além de apoiar os TOC em idade avançada e com necessidades, vai albergar um centro de formação, com capacidade para mais de mil pessoas.

Pretende-se dar uma maior "peso institucional" a esta entidade?

Nestas, como em muitas outras coisas, há um princípio que sempre me tem orientado e que se consubstancia na seguinte fórmula: o direito adquire-se no cumprimento do dever. É isso exactamente que vamos fazer. Cumprir o nosso dever. O dever da qualidade, o dever da defesa do interesse público, o dever da honorabilidade, o dever da seriedade, o dever da diligência, na certeza de que, cumprindo-o, adquirimos o direito ao respeito profissional e ao reco-



"A PASSAGEM a Ordem foi o reconhecimento que o poder político fez a esta profissão"

nhcimento do mérito do papel que desempenhamos na sociedade portuguesa.

Como analisa os primeiros meses desde a entrada em vigor do novo Sistema de Normalização Contabilística?

Perfeitamente normal para o início de implementação de uma revolução tão profunda como é o caso do SNC. Sabemos tudo sobre o SNC? De forma alguma. Nem sei se algum dia o saberemos, mas conseguimos uma coisa muito importante: exorcizamos os medos, os receios de que não seria-

mos capazes. O mais relevante é que os profissionais aceitaram o desafio desta enorme mudança na nossa profissão. A Ordem, como já o tem feito, vai procurar fazer uma caminhada conjunta com todos os membros, propiciando-lhes condições para a profunda mudança de atitude perante a profissão.

A transição tem sido feita de forma correcta?

Neste momento, a grande preocupação é encerrar as contas de 2009 em ambiente POC (Plano Oficial de Contabilidade) e rea-

brir 2010 em ambiente SNC. Para tanto, há um conjunto de acções que têm de ser equacionadas, ganhando uma relevância mais significativa as que se prendem com o reconhecimento ou desconhecimento de activos e passivos, a sua mensuração e a readaptação do plano de contas do POC para a estrutura do SNC.

Nesta fase, não temos conhecimento de grandes dificuldades por parte dos colegas, o que pressupõe que tudo decorre dentro da normalidade. No entanto, a Ordem tem vindo a fazer um grande esforço de formação sobre a ma-



ENTREVISTA

Ordem quer criar "Casa TOC"

■ Um dos objectivos definidos pela actual direcção da OTOC prende-se com o reforço do plano formativo aos membros e o desenvolvimento do

apoio social. Neste campo, a direcção quer que a "Casa TOC" seja uma realidade neste mandato. "Vai situar-se em Lisboa, e para além de apoiar os TOC em idade avançada e com necessidades, vai albergar um centro de formação, com capacidade para mais de mil pessoas", disse Domingues de Azevedo.

Transição de TOC para SNC

■ Para Domingues de Azevedo, neste momento, a grande preocupação que os profissionais têm é "encerrar as contas de 2009 em ambiente POC e rea-

brir 2010 em ambiente SNC". Para tanto, "há um conjunto de acções que têm que ser equacionadas, ganhando uma relevância mais significativa as que se prendem com o reconhecimento ou desconhecimento de activos e passivos, a sua mensuração e a adaptação do plano de contas do POC para a estrutura do SNC".

Observatório de aplicação do novo SNC

■ O presidente da OTOC esclarece que "só à medida que formos aplicando o SNC é que nos aperceberemos do que é necessário alterar".

Domingues de Azevedo acrescenta que "existe uma proposta da criação de um observatório de aplicação do SNC, composto por representantes da Ordem dos TOC, dos ROC, da CNC e da Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais", que pensa "ser uma ideia a desenvolver".

é um documento equilibrado"



PERFIL

ANTÓNIO DOMINGUES DE AZEVEDO

- 59 anos
- TOC n.º 2
- ex-deputado à Assembleia da República (1983-1995), onde foi membro da Comissão de Economia e Finanças
- Autor do projecto-lei que regulamenta a profissão de TOC
- Presidente e vice-presidente da Comissão Instaladora da ATOC
- Presidente da CTOC desde 1999

empresarial portuguesa e, para o efeito, criou os respectivos pata-mares de aplicação, procurando facilitar a aplicação da nova doutrina. De entre aquelas criou uma norma denominada PE (Pequenas Empresas), em que se facilita de forma muito acentuada a implementação do SNC.

Não discutindo a norma, a sua utilidade e oportunidade, não posso, no entanto, deixar um alerta a todos os profissionais: antes da sua aplicação reflectam sobre a estrutura da empresa, os objectivos dos empresários e metas a atingir, pois o enquadramento puro e simples desta ou daquela empresa na norma PE pode representar um constrangimento de crescimento, o que não será nada aconselhável.

A ordem tem levado a cabo diversas acções de sensibilização/formação sobre esta temática. Como tem corrido este processo?

Muito bem. Começamos por realizar formação eventual a todos os membros, e aos seus colaboradores, em que o tema em

debate foi exclusivamente o SNC. Nessa acção realizada em todo o país, participaram cerca de 38 mil pessoas.

Quais são as próximas acções?

Este ano já realizámos uma acção de formação sobre o SNC. No calendário previsto até Dezembro, 80 por cento dos temas formativos vão versar sobre o novo sistema.

Este modelo é o ideal?

Evidentemente que não há modelos perfeitos. Há um conjunto de normas e princípios que estruturam a contabilidade e que se vão consolidando. Mas de facto o que é que temos agora e o que é que nós tínhamos? Tínhamos um modelo contabilístico assente em regulamentação, normas e orientações que os profissionais seguiam em que prevalecia o preço histórico e se desconsiderava a evolução da própria sociedade, no que concerne aos valores dos bens constantes dos activos e passivos das empresas.

Passamos a ter, não um conjunto de princípios em que se enquadram as realidades específicas e objectivas das empresas, possibilitando o tratamento dos activos e passivos, de forma a que se expresse o seu real valor num determinado momento.

Do meu ponto de vista este modelo é mais flexível. É o que melhor expressa a riqueza das empresas e essa é a missão fundamental da contabilidade. Evidentemente que tem que ser usado com ponderação e respeito pelos princípios estabelecidos, pois se o não for, também pode ser usado contra a própria contabilidade, desacreditando-a.

Que mudanças inseriria ao novo SNC para o tornar melhor? Talvez no domínio dos activos biológicos. Mas só à medida que

formos aplicando o SNC é que nos aperceberemos do que é necessário alterar. Existe uma proposta da criação de um observatório de aplicação do SNC, composto por representantes da Ordem dos TOC, dos ROC, da CNC e da Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais, que penso ser uma ideia a desenvolver.

Qual o contributo da Ordem para a implementação deste novo SNC?

O contributo da Ordem para uma boa implementação do SNC é fundamental e decisivo. Se tivéssemos uma organização amorfa e não interessada em ajudar os profissionais a implementar o novo SNC, pela falta de dinâmica que se tem visto ao nível das instâncias públicas, seria uma autêntica des-

ciência que procura encontrar a melhor maneira de viver de um povo, com afinidades comuns. O que nós temos assistido nos últimos tempos, com especial relevo para o período pós-eleitoral, é uma política baseada na insinuação, na destruição, no botar-abaixo. Até agora ainda ninguém apresentou alternativas credíveis ao que nos é anunciado pelo governo. Uma visão construtiva da política, pressupõe quem discorde apresente alternativas, mas isso não tem acontecido. OPEC que nos é apresentado, sendo a necessidade inultrapassável, é um documento equilibrado. Salvaguarda as classes menos desfavorecidas e pede sacrifícios aos mais diversos sectores sociais. Temos de resolver agora o problema das finanças públicas. Caso isso não aconteça, no futuro, vamos todos pagar mais. Aliás, o que está a acontecer nos outros países da Europa deve merecer uma reflexão muito profunda. Sempre se pugnou, no Velho Continente, pelos direitos humanos. A partir daí desenvolveram-se uma série de ideias e projectos que levaram a Europa a ter os melhores sistemas de protecção social do mundo. A questão reside, neste momento, em saber até quando é que no equilíbrio das sociedades, as contas públicas conseguem aguentar a pressão que os sistemas de protecção social sobre elas exercem.

A globalização económica, o aumento da esperança de vida das pessoas, o desenvolvimento de outras sociedades emergentes, são realidades que baralharam o equilíbrio europeu. Ou encontramos rapidamente respostas que consigam ultrapassar os desequilíbrios, ou ver-nos-emos a braços com a necessidade de alterar o percurso da história no domínio dos sistemas de protecção social.

téria para todos os profissionais, geralmente, de forma gratuita.

Como estão os técnicos oficiais de contas a responder a este desafio? Esta classe profissional é de uma capacidade de adaptação extraordinária, cuja prova inequívoca foi dada com o processo de desmaterialização das declarações fiscais. Neste momento, não registo problemas de maior.

Quais são as principais mudanças inerentes a este SNC? As mudanças são de muita profundidade, não tanto no domí-

nio técnico, mas no domínio da atitude do profissional perante a profissão. Isto é, a passagem de um sistema de regulação (POC) para um sistema baseado em princípios (SNC).

As mudanças vão repercutir-se com maior intensidade no sector particular ou no empresarial?

A contabilidade é o meio utilizado para avaliar o desempenho das empresas e os efeitos que tem no seu património. Comociência, ela aplica-se da mesma forma às empresas e aos empresários. O SNC procurou enquadrar a realidade

graça. Tenho até algumas dúvidas que o projecto vingasse.

Enquanto bastonário e lidando também com as empresas, como analisa o PEC aprovado pelo Governo? Considera que será positivo para o país?

O País não pode continuar com as suas contas desequilibradas. Temos regras a cumprir, dentro da União Europeia. Ultimamente temos percorrido caminhos preocupantes. A política é uma coisa séria, para

“PEC é um documento equilibrado”



D.P.

DOMINGUES DE AZEVEDO, presidente da recém-criada OTOC, diz que “a passagem a Ordem foi o reconhecimento que o poder político fez a esta profissão”